

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

TIPO/Nº: PL 19/24

AUTOR: Filipe Grono

RELATOR: Julio Lamin

DATA: 26/02/2024 Presidente: Laurinha

RELATOR

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ☒ SIM () NÃO
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: () SIM () NÃO

DATA: 26/02/2024

Relator: Julio Lamin

☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

() O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator Julio Lamin em 25/02/2024

Colocado o Processo em votação na CCICDH, votou cada membro:

<p>Vereadora Laurinha</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL</p> <p>_____ Presidente</p>	<p>Vereador Paulo Roldão</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL</p> <p>_____ Vice-Presidente</p>
<p>Vereador Rovam Castro</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL</p> <p>_____ Secretário</p>	<p>Vereador Júlio Lamim</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL</p> <p>_____ Membro</p>

Vereador Julio Cesar Pereira da Silva

(☒) ADMISSÍVEL
() INADMISSÍVEL

Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(☒) ADMISSIBILIDADE
() INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 27 de março de 2024.

Laurinha
Presidente



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

PARECER JURÍDICO

**EMENTA: PARECER AO PROCESSO DE LEI Nº.
019/2023**

Trata de projeto de Lei de Vereador (PLV), "DA À DENOMINAÇÃO DE JOÃO ANTÔNIO VARELA (1926-2017 A UMA VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE"

I – PARECER

A competência legislativa do município delimitada no art.30 da Constituição Federal pelo conceito aberto contido na expressão de seu inciso I que os autoriza a "legislar sobre assuntos de interesse local", desde que a matéria não seja privativa de outro ente da Federação.

Não vemos, assim, qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa inviabilizar sua apreciação pelo Plenário, visto que o presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídica e é adequado a Técnica legislativa.

É o parecer.

conclusão

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela legalidade e regular tramitação do PL nº 019/2023, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.


Osvaldino Oliveira da Silva
Consultor Jurídico
OAB/RS: 115526
Câmara Municipal do Rio Grande

Rio Grande-RS, 28 de fevereiro de 2024 .


Roger Martins da Rosa
OAB/RS 65589
Subconsultor Jurídico
Câmara Municipal do Rio Grande

Rua General Vitorino, 441 – CEP 96200-310 – Fone: (53) 3233.8500 – Fax (53) 3231.1786 – Rio Grande – RS

e-mail: cmrg@camarariogrande.rs.gov.br site: www.camarariogrande.rs.gov.br

DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS!